

1



934



Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24)

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA SEM ESPECIALIDADE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE

Atenção: a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Trabalho justo é aquele que respeita o tempo, a saúde e a dignidade do trabalhador.



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção que apresenta a frase que deve ser inserida entre os textos injuntivos.

- (A) Faça o bem sem olhar a quem.
 (B) Quem espera sempre alcança.
 (C) Quem muito abarca, pouco aperta.
 (D) Nem tudo que reluz é ouro.
 (E) Riqueza e felicidade são coisas distintas.

2

Segundo a norma culta, assinale a opção que apresenta a frase integralmente correta.

- (A) Se eles quiserem a resposta hoje, será difícil.
 (B) Não será um privilégio manter este emprego.
 (C) Nada mais há entre eu e você.
 (D) Para mim, sair daqui é um sacrifício.
 (E) Quando eu o ver, darei o recado.

3

Leia o trecho a seguir.

"Todos aqueles que devem deliberar sobre questões dúbias devem também manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo."

Nesse caso, a qualidade condenada nos julgadores é

- (A) a subjetividade no julgamento.
 (B) o desconhecimento dos fatos.
 (C) a crueldade nas penas.
 (D) a falta de respeito às leis.
 (E) a aplicação de critérios desumanos.

4

Todas as frases a seguir contêm verbos de estado.

Assinale a frase em que o verbo indica mudança de estado.

- (A) As leis estão presentes, mas quem as aplica?
 (B) Com leis ruins e funcionários bons é possível governar.
 (C) Sem instrução, as melhores leis tornam-se inúteis.
 (D) Nenhuma lei parece bem adaptada a todos.
 (E) Ninguém pode ser juiz em causa própria.

5

Leia a frase a seguir.

"A justiça não existe onde não há liberdade."

A palavra onde aparece com o mesmo valor na seguinte opção:

- (A) Onde vivem os morcegos?
 (B) O lugar onde moro é inóspito.
 (C) As casas onde vivem os ricos são luxuosas.
 (D) Os preços mudam rapidamente onde há inflação.
 (E) Nem todos os lugares onde não chove são desertos.

6

Leia a frase a seguir.

"Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, as vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os criminosos."

Sobre sua estruturação ou significação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Julgar por indução é partir do geral para o particular.
 (B) As formas verbais "se julga" e "chega-se" atribuem suas ações a pessoas indeterminadas.
 (C) O texto não traz nenhum problema de norma culta da Língua Portuguesa.
 (D) A preposição "por" é exigida por um termo anterior.
 (E) A expressão "até mesmo" tem o valor semântico de exclusão.

7

A língua latina é muito importante na linguagem jurídica; em todas as frases a seguir há latinismos.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o significado desse latinismo está corretamente indicado.

- (A) As coisas foram resolvidas ex abrupto / com brutalidade.
 (B) A decisão foi acordada in totum / integralmente.
 (C) O argumento era ad hominem / desumano.
 (D) O decreto foi feito ad hoc / sem consulta prévia.
 (E) Isso ficou ad libitum do advogado / na obrigação do.

8

No trecho a seguir, há a presença de duas funções de linguagem.

"O Rio de Janeiro abrirá as portas do Teatro Municipal para um encontro de "internautas", neologismo que designa os usuários da internet."

Assinale a opção que as apresenta.

- (A) Emotiva e conativa.
 (B) Conativa e referencial.
 (C) Referencial e metalinguística.
 (D) Metalinguística e fática.
 (E) Fática e emotiva.

9

Todos os elementos sublinhados nas frases abaixo se referem a termos anteriores (coesão).

Assinale a frase em que o termo anterior está erradamente identificado.

- (A) As leis são como telas de aranha: quando algo leve cai nelas, fica retido, ao passo que se for algo maior, consegue rompê-las e escapar / telas de aranha.
 (B) A lei deve ser breve para que os indoutos possam compreendê-la facilmente / a lei.
 (C) As conclusões das sentenças as fazem mais claras / conclusões.
 (D) Os temperamentos dos juizes interferem nas suas decisões / juizes.
 (E) Não há justiça sobre a terra, mas ela existe no céu / justiça.

10

Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível; para que esperar o próximo ano?

A mesma relação entre as palavras sublinhadas aparece em

- (A) bondoso / maldade.
 (B) caridoso / caridade.
 (C) necessidade / necessário.
 (D) precisão / imprecisão.
 (E) correção / incorreção.

9.600 / 96 = 11200

Raciocínio Lógico-matemático

11

Em um Tribunal Regional do Trabalho, um **Analista Judiciário** foi designado para calcular o tempo necessário para a digitalização de processos físicos.

A equipe de digitalização constatou que **4 servidores**, trabalhando **6 horas por dia**, conseguem digitalizar 9.600 páginas em 5 dias. Precisando digitar um novo lote de 16.800 páginas, o tribunal decidiu ampliar a equipe para 5 servidores, mantendo a carga horária diária de trabalho dos servidores.

Considerando que todos os servidores têm a mesma capacidade de trabalho e que o ritmo de trabalho de cada servidor se mantém constante, para digitalizar todo o lote novo, serão necessários

- (A) 12 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 6 dias.

servidor horas pag dias

4	6	9600	5
5	6	16800	?

12

Os produtos industrializados **A** e **B** têm, em sua composição, sal e açúcar.

O produto **A** contém, ao todo, 10 gramas de sal, o que corresponde a 5% da massa total de **A**.

O produto **B** contém, ao todo, 30 gramas de açúcar, o que corresponde a 20% da massa total de **B**.

Somadas as massas dos dois produtos, a quantidade total de açúcar corresponde a 10% dessa soma.

Com base nessas informações, é correto concluir que, no produto **A**, as quantidades de sal e de açúcar estão na razão de

- (A) 3 para 1.
- (B) 2 para 1.
- (C) 1 para 1.
- (D) 1 para 2.
- (E) 1 para 3.

8800
4210

2590

13

O escritório de advocacia do Dr. Silva tem 2 prateleiras, cada uma delas contendo exatamente 6 livros. Ao todo, nas duas prateleiras, há 7 livros de Direito Penal sendo, os demais, de Direito Tributário.

Em certo momento, o Dr. Silva olha para a primeira prateleira e vê nela 2 livros de Direito Tributário.

Com relação à distribuição dos livros nas duas prateleiras, é correto afirmar que, na 2ª prateleira,

- (A) pode não haver livros sobre Direito Tributário.
- (B) pode não haver livros sobre Direito Penal.
- (C) pode haver apenas um livro sobre Direito Penal.
- (D) há, sem dúvida, apenas um livro sobre Direito Tributário.
- (E) há, sem dúvida, apenas três livros sobre Direito Penal.

4210
2 = 40

4800

4210 + 1590

7800

4210
2

12420

135
52

1270

1270
1073

7020

14

Com o objetivo de monitorar a eficiência no cumprimento de metas de produtividade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um Analista Judiciário acompanhou a movimentação processual em uma **Vara Cível de um Tribunal Estadual**, ao longo de um ano, para elaborar um relatório estatístico.

No início do ano, 4.700 processos estavam pendentes, aguardando para serem concluídos. Ao longo do ano, 8.800 novos processos foram distribuídos nessa Vara, e, ao final do ano, restavam 6.210 processos pendentes.

Com relação ao total de processos que tramitaram nessa Vara, concluídos ou não, ao longo do ano analisado, a porcentagem de processos concluídos foi de

- (A) 58%.
- (B) 54%.
- (C) 52%.
- (D) 48%.
- (E) 46%.

Pen 4700
Nov 8800
Fim 6210

2590

12590
2

5180

15

A média aritmética de 5 números positivos é 7,6. Se um desses números for descartado, a média dos 4 números remanescentes será 8,0.

É correto concluir que o número descartado é

- (A) maior que 8,0.
- (B) igual a 8,0.
- (C) menor que 8,0 e maior que 7,6.
- (D) igual a 7,6.
- (E) menor que 7,6.

Siu hlcua

24
30

9614
124

168 15
165 3316

030

24
4

96

25
4

100

421
2

1242

133 1242

185

24 = 3116

147
88

135

135010
1242

4210
0,2

8420

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS

Legislação Institucional

16

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário da União, após preencher os requisitos exigidos, obteve progressão funcional na carreira, o que importou no correlato incremento da remuneração recebida.

Com base na situação descrita na narrativa e na disciplina estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria deve continuar na mesma classe da carreira.
- (B) Maria preencheu o requisito mínimo de dois anos de interstício.
- (C) Maria passou a exercer uma função de assessoramento, direção ou chefia.
- (D) Maria passou a ocupar cargo de nomenclatura diversa, integrado à mesma carreira.
- (E) Maria cumpriu a exigência de participação em curso de aperfeiçoamento.

17

Joana, servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo, foi acometida por grave patologia. Seu estado exigia sua submissão a condições climáticas diversas daquelas existentes na localidade em que estava lotada, além de não existirem, na referida localidade, profissionais com a expertise necessária para a realização do tratamento exigido. Essas informações foram comprovadas por junta médica. Por tal razão, Joana solicitou à Administração o seu deslocamento, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede.

A respeito do requerimento de Joana, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para ser acolhido, independe do interesse da Administração e ela não fará jus à ajuda de custo.
- (B) Importará no deslocamento do seu cargo para outro órgão ou entidade do mesmo poder, situado em localidade diversa.
- (C) Para ser acolhido, exigirá a observância do número máximo de remoções previsto em edital publicado até o dia 5 de janeiro do respectivo exercício.
- (D) Exigirá que o órgão competente identifique a presença do interesse da Administração, requisito indispensável para que seja deferido o requerimento de Joana.
- (E) Deverá ser compatibilizado com o interesse público, considerando o número de servidores lotados no respectivo órgão, e eventual indeferimento deve ser motivado.

18

Após regular tramitação do processo administrativo disciplinar, em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, foi aplicada a João, servidor público federal, a sanção de advertência.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) A advertência foi aplicada oralmente, em sessão solene designada para esse fim.
- (B) A advertência acarreta, como consequência correlata, a extinção do direito à fruição de um período de férias.
- (C) Ainda que a conduta de João pudesse ensejar a aplicação de penalidade mais grave, optou-se corretamente pela mais branda, a advertência.
- (D) A penalidade terá o seu registro cancelado após o decurso de três anos, se o servidor não tiver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (E) A penalidade terá o seu registro cancelado após o decurso de cinco anos, ainda que o servidor tenha, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

19

Em determinado processo em tramitação em uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Regional (TRT-24), o juiz convocado, ao proferir seu voto, observou que, no julgamento recorrido, a interpretação de determinado preceito legal, acerca de matéria exclusivamente de direito, foi diversa da que lhe foi dada por outra turma. Acresça-se que a temática ainda não tinha sido pacificada no âmbito do TRT-24 ou mesmo apreciada por um tribunal nacional.

Sobre a situação descrita na narrativa, à luz do Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz convocado deve solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno acerca da matéria.
- (B) O juiz convocado tem a faculdade de suspender o julgamento para que a matéria seja apreciada pelo Tribunal Pleno.
- (C) Caso o juiz convocado não suspenda o julgamento e solicite o pronunciamento do Tribunal sobre a matéria, uma das partes pode arguir a nulidade caso demonstre prejuízo.
- (D) A parte pode apresentar questão de ordem para que a Turma, ao julgar o feito, se posicione sobre a divergência, de modo a possibilitar a sua análise por um tribunal nacional.
- (E) As divergências internas são amparadas pela independência funcional e fazem parte do processo de construção da unidade de significado, a ser delineado por tribunal nacional.

$$12345 = 15 \frac{5}{3}$$

20

Ana, servidora pública federal, foi convidada, pela autoridade máxima da estrutura de poder a que está vinculada, para participar da comissão responsável pela realização de exames orais em determinado concurso público de provas e títulos organizado pela referida estrutura.

Em relação à possibilidade, ou não, de Ana receber alguma gratificação pelo desempenho dessa atividade, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela somente fará jus à gratificação caso a referida atividade seja exercida por lapso superior a trinta dias.
- (B) A gratificação somente será devida se a referida atividade for exercida sem prejuízo das atribuições do cargo.
- (C) Ela faz jus à gratificação, que é estabelecida pela lei em percentual fixo do maior vencimento básico da Administração Pública Federal.
- (D) Ela faz jus à gratificação, que será incorporada aos seus vencimentos caso seja recebida pelo período mínimo de um ano, contado de modo contínuo, ou não.
- (E) A referida atividade é absorvida pelas atribuições regulares de qualquer servidor público federal, o que afasta a possibilidade de pagamento de gratificação.

21

Em determinado feito de competência de uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), o desembargador relator entendeu que o processo deveria ser submetido a julgamento em ambiente eletrônico, não presencial, por meio de sessão virtual.

A parte recorrente, ao tomar conhecimento da publicação para a realização da sessão virtual, observou corretamente, à luz do Regimento Interno do TRT-24, que o referido entendimento está

(A) incorreto, salvo se houve prévia aquiescência de ambas as partes.

(B) correto, salvo se terceiro interessado destacar o processo para julgamento presencial.

(C) correto, pois apenas os processos administrativos são submetidos a julgamento presencial.

(D) correto, mas uma das partes ou o Ministério Público do Trabalho pode optar pelo julgamento em sessão presencial.

(E) incorreto, salvo se uma das partes ou o Ministério Público do Trabalho, atuando como *custos legis*, requereu o julgamento virtual.

22

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Joana tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito de uma estrutura de poder da União.

Após doze meses de exercício funcional, Joana constatou, junto ao órgão responsável pela gestão dos recursos humanos, que integralizara os requisitos exigidos para que fizesse jus ao primeiro período aquisitivo de férias.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que Joana

(A) não pode ter suas férias interrompidas após o início de sua fruição.

(B) pode requerer o parcelamento de suas férias em até três etapas.

(C) pode requerer a conversão de um terço das férias em abono pecuniário.

(D) não faltou no período de doze meses, ou teve faltas em quantidade igual ou inferior a cinco.

(E) deve receber o pagamento da remuneração das férias até cinco dias antes do início do respectivo período.

23

Maria, servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo, passou a responder a processo disciplinar em razão da alegada prática de infração no exercício de suas atribuições. Na fase intermediária desse processo, a servidora, pessoalmente, formulou requerimento visando à reinquirição de uma testemunha, pois pretendia contribuir para a plena elucidação dos fatos.

A autoridade competente, ao analisar o requerimento de Maria, observou corretamente que

(A) não há contraditório nessa fase.

(B) o requerimento deveria ser formulado pelo advogado de Maria.

(C) o requerimento pode ser negado, caso seja considerado meramente protelatório.

(D) em razão da exigência de razoável duração do processo, é vedada a reinquirição de testemunhas.

(E) em razão do direito fundamental à ampla defesa, requerimentos como esse devem ser sempre atendidos.

24

O Ministério Público do Trabalho (MPT) constatou a existência de uma pluralidade de processos em tramitação em primeira instância, nos quais se repetia controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito.

Esse fato, ao seu ver, exigia que o órgão jurisdicional competente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24) definisse a tese a ser aplicada a todos os processos individuais ou coletivos, que versassem sobre essa idêntica questão de direito, e que tramitem na área de jurisdição desse tribunal. O MPT observou, ainda, a necessidade desse pronunciamento em razão da ausência de fixação de tese sobre a matéria por um tribunal nacional.

Sobre o caso narrado, considerando os balizamentos estabelecidos no Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

(A) É descabido o objetivo almejado pelo MPT, pois importaria em supressão de instância.

(B) Caso seja acolhido o objetivo do MPT, o TRT-24 deve instaurar incidente e remetê-lo ao Tribunal Superior do Trabalho.

(C) Deve ser instaurado incidente com esse objetivo, sendo que a desistência ou o abandono do processo não impede o respectivo exame de mérito.

(D) Caso seja instaurado incidente com esse objetivo, isto não acarretará a suspensão de nenhum processo em que se discuta a respectiva matéria de direito.

(E) Deve ser instaurado incidente com esse objetivo, a ser distribuído a uma das Turmas, caso os processos considerados estejam em tramitação em primeira instância.

25

Maria, no exercício do seu direito de petição, informou à Administração Pública Federal que Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento em comissão, teria praticado infração disciplinar à qual é cominada a sanção de suspensão. Ao fim do processo disciplinar, foi constatado que Pedro efetivamente praticara a infração.

Na situação descrita, à luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que Pedro

(A) deve ser demitido.

(B) deve ser destituído.

(C) deve ser exonerado.

(D) deve cumprir a sanção em período não superior a noventa dias.

(E) pode ter a sanção diferida, sendo perdoada caso não seja praticada nova infração em doze meses.

Direito Administrativo

26

Lucas, servidor público federal, pretende afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país. Nesse contexto, o referido agente público buscou informações sobre a matéria junto à legislação de regência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no país, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.
- II. Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos para mestrado e cinco anos para doutorado, excluído o período de estágio probatório e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos três anos anteriores à data da solicitação de afastamento.
- III. Os servidores beneficiados pelo afastamento para participação em programa de mestrado ou doutorado terão que permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao dobro do afastamento concedido.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) I e III, apenas.
 (E) I, II e III.

A

27

Caio recebeu vantagem econômica direta para omitir ato de ofício. Por sua vez, Matheus frustrou a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva ao Estado. Por derradeiro, João revelou fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que deveria permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada. Registre-se que todas as condutas foram perpetradas no ano de 2024, ensejando lesividade relevante aos bens jurídicos tutelados, sendo certo que Caio, Matheus e João são agentes públicos e agiram com dolo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- Caio praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 Matheus cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
 João perpetrou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
 (B) F – V – F.
 (C) V – V – V.
 (D) V – V – F.
 (E) F – F – F.

28

A associação privada ABC pretende ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em âmbito federal. Desta forma, os seus dirigentes analisaram, detidamente, a legislação de regência, para verificar se cumpriam ou não os requisitos legais para fazer jus à referida qualificação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, é incorreto afirmar que, para se qualificar como OSCIP, a associação privada ABC deverá ser regida por estatuto cujas normas expressamente disponham sobre a

- (A) possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.
 (B) constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.
 (C) adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.
 (D) previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido à Administração Pública Federal.
 (E) observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

29

Diversos bens móveis apreendidos pela Polícia Federal, em operação vinculada ao dismantelamento de grupo criminoso responsável pela prática de crimes contra a organização do trabalho, serão alienados pelo Poder Público a quem oferecer o maior lance.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, os bens móveis serão alienados sob a seguinte modalidade de licitação:

- (A) tomada de preço.
 (B) concorrência.
 (C) concurso.
 (D) pregão.
 (E) leilão.

Direito Constitucional

30

Com o objetivo de ampliar os níveis de proteção ao pescador profissional, que exerça a atividade pesqueira de forma artesanal, em caráter individual ou em regime de economia familiar, foi apresentado o projeto de lei nº X no âmbito da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, nos períodos de defeso, nos quais a pesca é vedada ou estritamente controlada, o pescador fará jus ao benefício do seguro-desemprego no valor de um salário-mínimo. Para tanto, deve obter atestado, junto à colônia de pescadores a que esteja filiado, informando a respeito do exercício da atividade profissional em caráter ininterrupto e de que não dispõe de outra fonte de renda.

Ao analisar o projeto de lei nº X, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados concluiu, corretamente, pela sua

- (A) constitucionalidade, considerando que o seguro-desemprego é um direito social do trabalhador.
- (B) inconstitucionalidade, em razão da contemplação de uma categoria profissional em particular, o que afronta a igualdade.
- (C) inconstitucionalidade, considerando que o seguro-desemprego pressupõe uma relação de emprego, ausente na situação indicada.
- (D) constitucionalidade da previsão do seguro-desemprego, mas não da exigência de filiação à colônia de pescadores para fins de comprovação dos requisitos exigidos.
- (E) constitucionalidade, considerando a liberdade de conformação do Poder Legislativo para delinear a forma de fruição dos direitos sociais dos trabalhadores.

31

Após a edição da Lei federal nº X, o Presidente da República editou o Decreto nº Y com o objetivo de regulamentar o referido diploma normativo.

Ocorre que as lideranças partidárias passaram a sustentar que o decreto ultrapassou, em alguns aspectos, os limites puramente regulamentares e incursionou em seara própria do Poder Legislativo. Por essa razão, o Congresso Nacional, após o regular processo legislativo, editou o Decreto Legislativo nº Z, que suspendeu a eficácia do Decreto nº Y em sua integralidade. Essa medida, no entanto, foi fortemente criticada pelo Chefe do Poder Executivo federal, isto sob o argumento de que a alegada exorbitância do poder regulamentar somente alcançava uma pequena parcela do Decreto nº Y.

À luz dessa situação, o Presidente da República solicitou que a estrutura competente analisasse a possibilidade, ou não, de o Decreto Legislativo nº Z ser submetido ao controle concentrado de constitucionalidade.

Foi corretamente respondido que o Decreto Legislativo nº Z

- (A) não tem caráter normativo, logo, não pode ser submetido ao referido controle.
- (B) tem caráter normativo, pois suspendeu a eficácia de outra norma, logo, pode ser submetido ao referido controle.
- (C) apenas suspendeu a eficácia do Decreto nº Y, não afetando a sua validade, logo, não há interesse de agir na deflagração do controle concentrado de constitucionalidade.
- (D) é hierarquicamente superior ao Decreto nº Y, logo, apenas revogou o ato de natureza inferior, o que afasta a possibilidade de ser cotejado com a ordem constitucional.
- (E) como o Decreto nº Y tem natureza infralegal, o Decreto Legislativo nº Z, que suspendeu a sua eficácia, tem a mesma natureza, não auferindo validade na ordem constitucional, logo, não é possível a deflagração do referido controle.

32

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta de determinado ente federativo subnacional, labora em jornada de trabalho reduzida.

A situação funcional de Ana é disciplinada pela Lei nº X, editada pelo referido ente, que disciplina a forma de cálculo dos seus vencimentos. Considerando a jornada regular de trabalho de oito horas diárias, o valor dos vencimentos do cargo alcança patamar superior ao do salário mínimo. No entanto, no cálculo dos vencimentos de Ana, de modo proporcional às horas trabalhadas, como fora determinado pelo referido diploma normativo, é alcançado valor inferior ao do salário mínimo. Como Ana entende que a sistemática estabelecida pela Lei nº X é inconstitucional, tese rechaçada pelo ente federativo, a questão foi judicializada.

É correto afirmar que a Lei nº X é

- (A) constitucional, desde que os vencimentos sejam vinculados ao salário mínimo, o que atrai a sistemática afeta a esse último.
- (B) inconstitucional, pois o valor mínimo da remuneração deve ser fixado em lei federal, não em lei de ente federativo subnacional.
- (C) inconstitucional, pois os vencimentos dos servidores públicos, quer a jornada de trabalho seja integral, quer reduzida, não podem ser inferiores ao salário mínimo.
- (D) constitucional, pois a percepção de vencimentos não inferiores ao salário mínimo somente é assegurada na hipótese de jornada de trabalho integral.
- (E) constitucional, pois os vencimentos do servidor público são fixados pelo respectivo ente federativo, de modo que o salário mínimo não é utilizado como balizamento.

33

Em razão de ampla mobilização de entidades sindicais, a Lei federal nº X, dispozo sobre a manutenção do trabalho, durante certo lapso temporal, após a cessação da doença fruído pelo trabalhador.

Apesar de muito festejado pelos trabalhadores, o normativo foi duramente criticado por diversos empresários, que apontavam para a sua incompatibilidade sistemática constitucional.

Sobre a Lei nº X, à luz da sistemática estabelecida pela República, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constitucional, pois apenas reproduz a legislação assegurada na ordem constitucional.
- (B) É constitucional, desde que tenha a opção de aderirem, ou não.
- (C) É inconstitucional, pois afronta a livre iniciativa fundamental da República Federativa do Brasil.
- (D) É constitucional, pois dialoga com as garantias do trabalhador em face de acidentes de trabalho.
- (E) É inconstitucional, pois incursiona em tutela de proteção da relação de emprego, o que exige complementar.

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (Analista)

34

Em uma reclamação trabalhista que tramita per o Tribunal de Aquidauana/MS, o pedido foi julgado e transitou em julgado e iniciou-se a execução da sentença, sem sucesso.

Em razão disso, a credora pretende instaurar a Desconsideração da Personalidade Jurídica (DIP) contra eles, a execução.

Em relação ao IDPJ, de acordo com a CLT consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IDPJ é apresentado nos próprios autos: os sócios poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.
- (B) O IDPJ será apresentado em autos apartados, e os sócios poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.
- (C) Não cabe instrução, em sede de IDPJ.
- (D) O prazo para manifestação dos sócios nos autos é de 8 (oito) dias.
- (E) Não é possível a instauração de IDPJ em autos participativos, pois os sócios não participaram da fase de conhecimento.

35

A respeito dos direitos constitucionais previstos no Art. 7º da CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Participação na gestão da empresa.
- (B) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (C) Adicional de remuneração para as atividades noturnas.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior ao trabalho diurno.
- (E) Participação nos lucros, ou resultados, proporcionais ao tempo de serviço.

33

Em razão de ampla mobilização de entidades sindicais, foi editada a Lei federal nº X, dispondo sobre a manutenção do contrato de trabalho, durante certo lapso temporal, após a cessação do auxílio-doença fruído pelo trabalhador.

Apesar de muito festejado pelos trabalhadores, esse diploma normativo foi duramente criticado por diversos segmentos empresariais, que apontavam para a sua incompatibilidade com a sistemática constitucional.

Sobre a Lei nº X, à luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constitucional, pois apenas reproduz a estabilidade já assegurada na ordem constitucional.
- (B) É constitucional, desde que tenha assegurado aos empregadores a opção de aderirem, ou não.
- (C) É inconstitucional, pois afronta a livre iniciativa, princípio fundamental da República Federativa do Brasil.
- (D) É constitucional, pois dialoga com as garantias constitucionais do trabalhador em face de acidentes de trabalho.
- (E) É inconstitucional, pois incursiona em temática afeta à proteção da relação de emprego, o que exige lei complementar.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho (Analista)

34

Em uma reclamação trabalhista que tramita perante a 10ª Vara do Trabalho de Aquidauana/MS, o pedido foi julgado procedente, transitou em julgado e iniciou-se a execução contra a sociedade empresária, sem sucesso.

Em razão disso, a credora pretende instaurar um Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) para incluir os sócios da sociedade empresária no polo passivo e direcionar, contra eles, a execução.

Em relação ao IDPJ, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IDPJ é apresentado nos próprios autos da execução e os sócios poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.
- (B) O IDPJ será apresentado em autos apartados, com numeração própria, e os sócios poderão se manifestar em 10 (dez) dias.
- (C) Não cabe instrução, em sede de IDPJ.
- (D) O prazo para manifestação dos sócios no IDPJ é o mesmo dos recursos de maneira geral, ou seja, de 8 (oito) dias.
- (E) Não é possível a instauração de IDPJ se os sócios não participaram da fase de conhecimento, não podendo ser inseridos diretamente na execução.

35

A respeito dos direitos constitucionais dos trabalhadores, previstos no Art. 7º da CRFB/88, assinale a opção que apresenta o que ainda não está regulamentado e, portanto, não pode ser exercido pelos trabalhadores.

- (A) Participação na gestão da empresa.
- (B) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (C) Adicional de remuneração para as atividades perigosas.
- (D) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (E) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração.

36

Rosaura está radiante porque conseguiu, em 2025, o primeiro emprego junto a uma sociedade empresária que explora atividade econômica no comércio de Campo Grande. Rosaura atuará como caixa da sociedade empresária.

Seu irmão Heitor, por feliz coincidência, também conseguiu emprego, como trabalhador rural, em outra localidade.

De acordo com a CLT, indique o prazo que os empregadores terão para fazer as anotações de admissão, função e salário nas carteiras profissionais de Rosaura e Heitor.

- (A) 5 dias para Rosaura e 7 dias para Heitor.
- (B) 5 dias úteis para ambos.
- (C) 7 dias úteis para ambos.
- (D) 48 horas para ambos.
- (E) 7 dias para Rosaura e 5 dias para Heitor.

37

O trabalho temporário, de acordo com a Lei, é prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.

Josué será contratado por uma empresa como trabalhador temporário.

Assinale a opção que, de acordo com a Lei de Regência, indica o prazo máximo do contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador.

- (A) 150 dias, consecutivos ou não, sem possibilidade de prorrogação.
- (B) 90 dias, consecutivos ou não, prorrogáveis por até 30 dias consecutivos ou não, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram.
- (C) 150 dias, consecutivos ou não, com possibilidade de prorrogação por igual prazo.
- (D) 90 dias, consecutivos ou não, sem possibilidade de prorrogação.
- (E) 180 dias, consecutivos ou não, prorrogáveis por até 90 dias, consecutivos ou não, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram.

38

Na 60ª Vara do Trabalho de Coxim/MS tramitam duas ações distintas: em uma delas, movida contra o Município, em relação a um contrato proibido mantido pelo ente público; na outra, o reclamado apresentou contestação e reconvenção.

O Juiz, nas respectivas sentenças, julgou procedente o pedido da 1ª ação e julgou procedente a reconvenção da 2ª ação. Em ambas, nas sentenças, o Juiz do Trabalho indeferiu os honorários de sucumbência, alegando falta de previsão legal.

Sobre o caso narrado, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juiz agiu corretamente, porque a previsão legal é para concessão de honorários apenas na reclamação trabalhista e desde que o réu não seja a Fazenda Pública.
- (B) O Juiz agiu corretamente ao indeferir os honorários contra a Fazenda Pública, mas equivocado em relação à reconvenção, na qual os honorários são devidos.
- (C) O Juiz equivocou-se em ambos os casos, porque são devidos honorários nas ações contra a Fazenda Pública e na reconvenção.
- (D) O Juiz agiu corretamente ao indeferir os honorários na reconvenção, mas equivocado em relação à demanda contra o Poder Público, na qual os honorários são devidos.
- (E) A previsão na CLT é de concessão de honorários sucumbenciais de 20% nas causas em que figure a Fazenda Pública e de 5% nas reconvenções.

39

Das situações a seguir listadas, assinale a que, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, permite o uso do *jus postulandi*, ou seja, a possibilidade de a parte agir sozinha na Justiça do Trabalho, sem a assistência de advogado.

- (A) No ajuizamento de ação rescisória.
- (B) Na impetração de mandado de segurança.
- (C) Na interposição de recurso ordinário para o TRT.
- (D) No ajuizamento de processo de homologação de acordo extrajudicial.
- (E) Na interposição de recurso de revista.

40

Em execução que tramita perante a 8ª Vara do Trabalho de Fátima do Sul/MS, uma sociedade empresária foi condenada ao pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), valor que foi homologado judicialmente.

A sociedade empresária pretende garantir o Juízo com a apresentação de seguro garantia judicial, que irá obter com uma instituição financeira sólida, para, em seguida, embargar a execução, por entender que o valor da dívida é menor que aquele homologado.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica o valor do seguro garantia judicial a ser apresentado, para que os embargos sejam apreciados.

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 40.000,00.
- (C) R\$ 22.000,00.
- (D) R\$ 26.000,00.
- (E) R\$ 30.000,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

41

O clima organizacional é o ambiente emocional e psicológico dentro da empresa, influenciado pelas relações interpessoais, pela cultura organizacional e pelas condições de trabalho, afetando diretamente o desempenho e o engajamento dos colaboradores.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o instrumento para diagnóstico composto por oito dimensões de clima organizacional, quatro delas descrevendo o comportamento do subordinado e as outras quatro relacionadas ao comportamento do líder.

- (A) OCDQ – Escala de Clima Organizacional de Halpin e Croft.
- (B) BOCI – Escala de Clima Organizacional de Payne e Pheysey.
- (C) ACQ – Escala de Clima Organizacional de Schneider e Bartlett.
- (D) OCQ – Escala de Clima Organizacional de Litwin e Stringer.
- (E) Kolb – Escala de Clima Organizacional criada por Kolb, com base nas pesquisas de Litwin e Stringer.

42

A Administração Pública, fundamentada nos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, busca garantir que a gestão organizacional seja conduzida de forma ética, transparente e eficaz, respeitando os direitos e interesses da sociedade.

Assinale a opção que apresenta corretamente o *princípio* que é requisito para a eficácia dos atos administrativos, ou seja, é necessário que seja amplamente divulgado para que produza efeito.

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

43

O estoque representa o conjunto de materiais disponíveis que a organização utiliza no processo de produção de seus produtos e serviços.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um conceito da *administração de materiais*.

- (A) A administração de estoques se preocupa apenas com o abastecimento adequado à produção, sem levar em consideração os aspectos financeiros relacionados a liquidez e lucro.
- (B) Os estoques representam um grande investimento financeiro, mas são necessários para garantir o normal funcionamento do sistema produtivo e minimizar riscos de paralisações.
- (C) A área de finanças não tem envolvimento na administração de estoques, pois a gestão de materiais é uma atividade exclusivamente operacional.
- (D) Os estoques são desnecessários para a produção, já que o fluxo contínuo de materiais elimina a necessidade de acumulação.
- (E) A administração de estoques foca exclusivamente no controle físico dos materiais, sem interação com as demais áreas da empresa.

44

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) reflete o equilíbrio entre as exigências profissionais e o bem-estar dos colaboradores, promovendo um ambiente saudável, motivador e produtivo que favorece o desenvolvimento pessoal e organizacional.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a relação entre os fatores-chave de QVT e seus indicadores de desempenho.

- (A) O fator imagem da empresa está relacionado com o apoio socioemocional e a orientação técnica.
- (B) O fator moral está relacionado com a organização do trabalho, como inovações e grupos de trabalho.
- (C) O fator saúde está diretamente associado à comunicação interna e ao fluxo de informações.
- (D) O fator participação inclui indicadores de criatividade e expressão pessoal, mas não está relacionado com a educação e conscientização.
- (E) O fator compensação inclui indicadores como salários, bônus, benefícios sociais e participação nos resultados.

45

A gestão patrimonial envolve o controle, a preservação e a valorização dos bens e ativos de uma organização, visando maximizar sua utilização e garantir a eficiência econômica e financeira ao longo do tempo.

Assinale a opção que apresenta corretamente o conceito de redução do valor de bens tangíveis, cujas causas incluem desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência, começando a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso.

- (A) Alienação.
- (B) Tombamento.
- (C) Amortização.
- (D) Exaustão.
- (E) Depreciação.

46

A Gestão de Recursos Humanos no setor público, especialmente no âmbito da Lei nº 8.112/1990, estabelece o regime jurídico dos servidores públicos federais, regulamentando seus direitos, deveres, responsabilidades e os procedimentos administrativos, visando garantir a legalidade, a eficiência e a transparência na Administração Pública.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a penalidade aplicada em caso de reincidência por faltas punidas com advertência e por violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

- (A) Advertência.
- (B) Suspensão.
- (C) Demissão.
- (D) Cassação.
- (E) Destituição.

47

O planejamento estratégico, ao definir metas e direções claras para a organização, é fundamental para a gestão por resultados, pois orienta as ações e recursos de forma a alcançar os objetivos estabelecidos de maneira eficaz e mensurável.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, noções de planejamento estratégico.

- (A) O planejamento estratégico é focado no curto prazo e em resolver problemas atuais para garantir a estabilidade da organização.
- (B) O planejamento estratégico é compreensivo, mas não envolve a organização como um todo, concentrando-se apenas em áreas específicas e isoladas.
- (C) O planejamento estratégico é orientado para o futuro, é um processo de construção de consenso e funciona como uma forma de aprendizagem organizacional, ajustando a organização ao ambiente mutável.
- (D) O planejamento estratégico se limita a identificar os problemas ambientais atuais e não leva em consideração a adaptação futura da organização.
- (E) O planejamento estratégico é exclusivamente individual, sem considerar a participação dos diversos parceiros e interesses envolvidos.

48

A gestão por competências, ao focar no desenvolvimento das habilidades e conhecimentos dos colaboradores, é necessária para o desenvolvimento organizacional.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o conceito de gestão por competências.

- (A) A competência é a combinação de saber, saber fazer e saber fazer acontecer, sendo essencial para alcançar resultados eficazes.
- (B) O saber fazer está relacionado ao aumento do conhecimento intelectual e à aprendizagem contínua.
- (C) O saber fazer está focado em aplicar a habilidade em metas e objetivos específicos para gerar resultados.
- (D) O saber fazer é a capacidade de aprender continuamente e aumentar o capital intelectual de uma organização.
- (E) A competência é definida apenas pela habilidade adquirida, sem a necessidade de conhecimento ou ação concreta.

49

Em 2024, uma entidade do Setor Público adquiriu R\$200.000 em imóveis.

O fato é classificado como

- (A) despesa de capital- investimentos.
- (B) despesa de capital- inversões financeiras.
- (C) despesa de capital- transferências de capital.
- (D) despesa corrente- despesas de custeio.
- (E) despesa corrente- transferências correntes.

50

Assinale a opção que pode ser associada com a etapa da execução da Auditoria no Setor Público.

- (A) Identificar riscos de fraude.
- (B) Realizar avaliação de risco ou análise do problema.
- (C) Monitorar as questões relatadas como relevantes.
- (D) Avaliar as evidências de auditoria e extrair conclusões.
- (E) Elaborar um relatório baseado nas conclusões alcançadas.

51

Em relação à Lei Orçamentária Anual, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- (~~V~~) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo a autorização para abertura de créditos especiais e extraordinários na proibição.
- (~~V~~) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- (~~V~~) O orçamento da seguridade social faz parte da lei orçamentária anual, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, assim como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (~~B~~) F - V - V.
- (C) V - F - V.
- (~~D~~) V - V - F.
- (E) F - V - F.

51
B

52

Uma entidade realizou uma licitação para a elaboração de um projeto, por meio de um concurso. O vencedor do concurso cedeu à Administração Pública os direitos patrimoniais relativos ao projeto.

A Administração Pública deseja realizar modificações posteriores do projeto. Nesse caso,

- (A) o autor deverá ser novamente contratado, sem necessidade de nova licitação.
- (~~B~~) o autor deverá analisar as modificações, de modo a permitir que sejam realizadas pela Administração Pública.
- (C) o autor deverá ser comunicado e os registros serão promovidos nos órgãos ou entidades competentes.
- (D) a Administração Pública deverá realizar novo processo licitatório para a elaboração das modificações.
- (E) a Administração Pública deverá realizar novo processo licitatório para a escolha e contratação de um novo projeto.

53

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal está o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Desse relatório, entre outros pontos, deve constar

- (A) a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites especificados na lei.
- (B) os demonstrativos, no último quadrimestre, do montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro.
- (~~C~~) o balanço orçamentário, que especifica, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, e a previsão atualizada.
- (D) os demonstrativos da inscrição em restos a pagar, das despesas liquidadas e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
- (E) o comparativo com os limites estabelecidos na lei dos montantes com despesa total com pessoal, dívidas consolidadas e mobiliária e concessão de garantias.

54

No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização de parâmetros determinados, adotados de forma combinada ou não.

Em relação a esses parâmetros, analise as afirmativas a seguir.

- I. As contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, devem observar o índice de atualização de preços correspondente.
- II. O uso de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.
- III. A pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (~~D~~) II e III, somente.
- (~~E~~) I, II e III.

55

Leia o trecho a seguir.

Uma entidade do setor público emitiu uma declaração em relação a uma informação financeira. A informação é capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. No entanto, muitos usuários já estavam cientes da informação, por conta de reportagens de jornal. Além disso, é possível que nem todos os usuários irão considerar a informação.

A partir do trecho acima, de acordo com a *Estrutura Conceitual*, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação incluída no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- (~~A~~) Relevância.
- (~~B~~) Continuidade.
- (~~C~~) Verificabilidade.
- (D) Compreensibilidade.
- (~~E~~) Representação fidedigna.

56

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade do Setor Público, os pagamentos em caixa de contratos mantidos para negociação imediata são classificados como atividade

- (~~A~~) operacional, somente.
- (~~B~~) de investimento, somente.
- (~~C~~) de financiamento, somente.
- (D) operacional ou de investimento.
- (~~E~~) de investimento ou de financiamento.

57

Lembre que a mediana de um conjunto de números é obtida ordenando-se inicialmente os números e, em seguida, escolhendo-se aquele que divide o conjunto em partes iguais. Por exemplo, a mediana do conjunto 4, 6, 8, 9, 10 é 8. Os dados abaixo são as idades de um conjunto de 11 indivíduos:

34, 54, 60, 19, 42, 38, 36, 25, 28, 30, 50 = 11

A mediana dessas idades é

- (A) 33
- (B) 34
- (C) 35
- (D) 36
- (E) 38

58

Os dados abaixo são as notas de um grupo de 10 candidatos em uma prova.

6, 5, 7, 6, 5, 8, 4, 6, 8, 10 = n=10

A média dessas notas é igual a

- (A) 6,3
- (B) 6,4
- (C) 6,5
- (D) 6,6
- (E) 6,7

Handwritten calculations for question 58:

$$\begin{array}{r} 06 = 65 \\ 05 = 59 \\ 07 = 54 \\ 08 = \\ 05 = \\ 08 = \\ 04 = \\ 06 = \\ 08 = \\ \hline 10 \end{array}$$

Handwritten calculation: $65 \frac{10}{4.5}$

Handwritten calculation: $\frac{12}{5} = 2.4$

59

Sobre os signatários dos documentos oficiais, segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) O signatário pode ser interino, quando é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular.
- (B) O signatário pode ser substituto quando é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância.
- (C) Na identificação do signatário, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino deve ser flexionado no gênero masculino.
- (D) Os termos referentes aos signatários devem ser usados depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo.
- (E) Na identificação do signatário, os cargos compostos com o adjetivo "geral" devem ser grafados sem hífen.

60

A Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - estabelece normas para garantir o direito fundamental de acesso dos cidadãos a informações públicas, promovendo a transparência e a accountability na administração pública brasileira.

Assinale a opção que apresenta corretamente as disposições sobre o recurso contra a negativa de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal.

- (A) O recurso à Controladoria-Geral da União pode ser interposto sem a necessidade de análise prévia por uma autoridade hierarquicamente superior àquela que negou o acesso à informação.
- (B) A Controladoria-Geral da União tem o prazo de 10 dias para deliberar sobre o recurso, independentemente de o acesso à informação ser classificado como sigiloso ou não sigiloso.
- (C) O recurso à Controladoria-Geral da União pode ser interposto apenas quando o acesso a informações classificadas como sigilosas for negado, não se aplicando a casos de informações não sigilosas.
- (D) Caso a Controladoria-Geral da União constate a procedência do recurso, ela poderá determinar que o órgão ou entidade responsável adote as providências necessárias para garantir o acesso à informação conforme a Lei.
- (E) Após o recurso à Controladoria-Geral da União, não há possibilidade de interposição de novos recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

QUESTÃO DISCURSIVA

Em 2023, uma instituição pública do setor judiciário identificou um aumento significativo de riscos relacionados à integridade institucional e ao cumprimento de normas de *compliance*. Relatórios internos e auditorias apontaram fragilidades nos processos administrativos, incluindo falta de transparência ativa, dificuldade na gestão de riscos e desafios na prevenção de condutas antiéticas. Além disso, a cultura organizacional apresentava resistência a novas práticas de controle interno, dificultando a adoção de medidas eficazes. *no cód ética*

Diante desse cenário, a alta administração decidiu fortalecer as práticas de governança institucional e implementar medidas preventivas para garantir o cumprimento das normas e a conformidade com a legislação vigente. Essa iniciativa visava aumentar a segurança jurídica das decisões administrativas, melhorar a fiscalização interna e ampliar a confiança da sociedade na instituição.

Para enfrentar esses desafios, foi desenvolvido o Programa de Integridade e Compliance (PIC), com o objetivo de garantir uma gestão pública mais transparente e eficiente. O programa incluiu as seguintes iniciativas:

1. **Criação da Unidade de Integridade e Compliance:** estrutura responsável por monitorar riscos, coordenar ações preventivas e garantir o cumprimento de normas internas.
2. **Capacitação e Sensibilização:** treinamentos periódicos para servidores sobre ética, conduta profissional e boas práticas de governança.
3. **Código de Conduta e Ética:** atualização do código institucional para reforçar princípios de transparência e integridade.
4. **Canal de Denúncias e Proteção ao Denunciante:** implementação de um canal seguro e anônimo para relatar irregularidades, assegurando proteção contra retaliação.
5. **Monitoramento e Auditoria Contínua:** adoção de ferramentas tecnológicas para acompanhamento de processos administrativos e contratações públicas.

Após um ano de implementação, os resultados foram expressivos. Houve uma redução nos riscos institucionais, melhoria na transparência e governança pública e aumento do engajamento dos servidores nas práticas de compliance. A experiência demonstrou como o reconhecimento de uma fragilidade organizacional pode impulsionar mudanças estruturais e gerar impactos positivos na gestão pública.

- A. Com base no estudo de caso apresentado, analise como o conceito de integridade foi aplicado na implementação do PIC.
- B. Explique como os mecanismos de monitoramento e auditoria contínua do PIC contribuem para o combate à corrupção e sugira melhorias para fortalecer a integridade institucional.